

Irene Vaquinhas

Mulheres de Montemor-o-Velho

Breve relance histórico



Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Irene Vaquinhas

Mulheres
de
Montemor-o-Velho



Entre a passividade e a resistência
Breve relance histórico



Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

2001

Agradecimento

O presente texto reproduz, com ligeiras alterações, uma conferência feita no Castelo de Montemor-o-Velho em Setembro de 2000. A sua publicação fica a dever-se à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, a quem muito agradeço, nas pessoas do seu Presidente, Sr. Dr. José Manuel Antunes, e do seu Vereador do Pelouro da Cultura, Sr. Professor Doutor Fernando Jorge dos Ramos.

Um agradecimento muito especial aos meus colegas e amigos, Professora Doutora Maria José Azevedo dos Santos, e Dr. Luís Cristóvão de Aguiar por todas as sugestões e conselhos dados.

A todos o meu bem-hajam.

A autora

Escrever a história das mulheres... Este projecto ambicioso que deu título a algumas obras de consagrados historiadores da actualidade permanece ainda, nos dias de hoje, como um desafio e uma aventura de contornos inacabados. A história das mulheres como campo específico dos estudos históricos é de criação muito recente no nosso país, tendo apenas surgido nos anos setenta do século XX.

Na verdade, tudo data da altura do 25 de Abril de 1974... O clima de liberdade que então se passou a viver em Portugal reflectiu-se, ao nível das ciências sociais, no estímulo dado a novas áreas de estudo, na renovação metodológica ou no interesse prestado a períodos históricos desprezados pela historiografia estado-novista. A história das mulheres foi um dos campos de investigação que então emergiu, evoluindo a partir dessa data segundo um percurso próprio, cujas principais etapas já são conhecidas, mas mantêm-se como um território ainda, em grande parte, por desbravar.

A historiografia tradicional escreveu-se apenas no masculino, tendo ignorado a dimensão sexuada dos acontecimentos, não obstante as biografias de mulheres ilustres ser um género literário bastante cultivado desde tempos recuados.

A história de Portugal tem, aliás, vários exemplos de figuras femininas que se notabilizaram em domínios considerados próprios dos homens, tanto na política como na cultura e religião, ou que, por qualquer circunstância, demonstravam possuir qualidades que, aos olhos dos contemporâneos, eram atributos masculinos: a força, a coragem, a capacidade de decisão, ou, segundo a terminologia seis e setecentista, “o ânimo varonil”. Trata-se, no entanto, de biografias de mulheres pouco

representativas da experiência colectiva feminina da sua época (rainhas, santas, religiosas, escritoras, poetisas, entre outras), ou mesmo das mulheres da sua classe ou grupo social.

Quanto às restantes, o silêncio é quase total, não apenas porque as fontes historiográficas as omitem - reflexo da sua exclusão da vida política e do espaço público - mas também porque a cultura dominante incentivava a passividade feminina, sendo raras aquelas que ousavam rebelar-se contra a formação recebida. “Uma mulher conveniente - dirá a historiadora Michelle Perrot, reportando-se às mulheres do século XIX - não se queixa, só confia no seu confessor se for católica [...] O pudor é a sua virtude, o silêncio a sua honra [...]”¹. Uma discrição de pesadas consequências que as ocultava do olhar dos outros, incluindo o dos próprios historiadores. Mesmo quando se dedicassem a causas sociais, filantrópicas ou outras, a discrição imperava e era a própria religião católica a recomendar que a caridade, para ser meritória, fosse praticada anónima e silenciosamente, para que não deixasse qualquer rasto ou indício.

As fontes documentais para o estudo das mulheres das classes populares, rurais ou urbanas, são ainda mais escassas e o pouco que delas sabemos surge-nos frequentemente filtrado pelo prisma, nem sempre justo e atento, do aparelho judicial. Era, com efeito, nas ocasiões em que, por qualquer circunstância, caíam na alçada da justiça que o historiador as podia surpreender, acompanhando-as nas respostas aos interrogatórios dos juízes ou dos padres, a propósito da sua participação nos levantamentos ou nos “alvorços” populares, nos processos judiciais ou da inquisição, ou em tantas outros momentos de pressão moral ou física.

Quanto à sua participação no processo produtivo, as informações são bastante lacunares, estando as mulheres subrepresentadas nas fontes económicas, quer nas tradicionais, como os cadastros de propriedade, quer nas estatísticas oficiais. O não reconhecimento da mulher como ser juridicamente

1 - Michelle Perrot, *“Introduction générale”*. Les femmes ou les silences de l'histoire. Paris, Flammarion, 1998, p. 11.



Irene Vaquinhas

Mulher dos arredores de Coimbra
Caixa - Postais Tipos Populares.
(Sala Ferreir Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

autónomo, só existindo enquanto elemento de um agregado familiar, ou seja, como esposa, mãe ou filha, sem direitos políticos e estatuto económico próprio, excluía-a dos poderes formalmente constituídos, com reflexos ao nível dos registos primários. Para as instituições oficiais, as mulheres praticamente não existiam e esta invisibilidade traduzia-se na opacidade das fontes.

O que não quer dizer que as mulheres não trabalhassem... Pelo contrário. Estas desde sempre trabalharam e a sua participação no mercado de trabalho aumentava à medida que se descia na escala social, acentuando-se em períodos de diminuição da população activa masculina por motivo de conflitos armados ou da emigração, como aconteceu na segunda metade do século XIX. Apenas nos estratos sociais superiores se considerava como sinónimo de riqueza e de distinção uma vivência de tipo ocioso, sendo as mulheres compelidas a uma inactividade forçada².

A própria sociedade rural baseava-se numa partilha de responsabilidades e na complementaridade de funções entre homens e mulheres, sobretudo no seio do agregado familiar, ainda que, nos planos normativo e social, a primazia permanecesse masculina. Aliás, a economia camponesa assentava no grupo doméstico, ou seja no casal e nos filhos - a dita família nuclear - simultaneamente unidade afectiva, de reprodução e de trabalho.

A ocupação em actividades extra-domiciliárias tinha também um peso significativo nos campos, sendo muitas as mulheres (sobretudo se solteiras ou viúvas) a ganhar o seu sustento como lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, ajudantes do pequeno comércio, amas de leite, jornaleiras agrícolas, criadas domésticas ou da lavoura, auferindo, no entanto, remunerações sempre abaixo das masculinas. A justificação para essa inferioridade salarial, formalizada e institucionalizada no decurso do século XIX, convertida numa situação comum, baseava-se numa profunda assimetria de avaliação do cálculo dos salários femininos e

2 - Sobre este assunto, veja-se o meu estudo "*Alguns aspectos da elegância e da beleza femininas nos finais do século XIX*". "Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa. Edições Colibri, 2000, pp. 55-58.

masculinos³. Para os economistas políticos do tempo que nesta matéria fizeram lei, os salários dos homens deveriam assegurar não só a sua subsistência como a da sua família, enquanto os salários femininos eram considerados como um suplemento, devendo proporcionar tão-só o suficiente para a sobrevivência básica, qualquer que fosse a situação económica ou o estado civil. De um modo geral, os salários agrícolas das mulheres, nos primeiros anos do século XX, eram cerca de metade do dos homens⁴. Assim, e a título exemplificativo entre outros casos que se poderiam citar, enquanto um jornaleiro agrícola de Verride recebia, em 1909, de paga pelo seu trabalho, de sol a sol, 280 réis, uma mulher, por idêntico trabalho, raramente excedia os 140 réis⁵. Poder-se-iam multiplicar os exemplos, estendendo-os às tarefas sazonais como as ceifas, as mondas, as vindimas ou a apanha da azeitona, sem que esta situação se alterasse de um modo significativo.

Uma outra fonte privilegiada para o estudo da sociedade rural são as recolhas etnográficas que a partir da segunda metade do século XIX, se tornam frequentes, não obstante obrigarem a um redobrado espírito crítico e particular prudência interpretativa, dado o seu carácter ideológico, que se reflecte numa visão idílica do mundo camponês, sem tensões nem conflitos. Sob certos aspectos, o discurso folclórico é a antítese do discurso histórico: imobiliza no tempo usos e costumes aparentemente imemoriais; ignora as alterações provocadas pela passagem dos anos⁶.

São, no entanto, testemunhos directos que, de alguma maneira, ajudam a colmatar o vazio dos arquivos, fornecendo, entre outros assuntos, indicações preciosas sobre aspectos da vida quotidiana,

3 - Joan W. Scott, "A mulher trabalhadora", *História das mulheres*, vol. IV - O século XIX, coord. por Georges Duby e Michelle Perrot, revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota, Porto, Ed. Afrontamento, 1995, pp. 454-457.

4 - Conceição Andrade Martins, "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3^o), nota 57, p. 498.

5 - Alexandre M. do Couto e Almeida, "Monographia da freguesia rural de Verride", *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, undécimo anno, n.º 7, p. 7.

6 - Sobre a "prudência" a ter na utilização deste tipo de fonte veja-se Anne-Marie Sohn, "Chrysalides", "Femmes dans la vie privée (XIX^e-XX^e siècles)", Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, vol. I, pp. 28-31.



Mulher do campo dos arredores de Coimbra
Caixa - Postais Tipos Populares.
(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)



Mulheres dos arredores de Coimbra - *Traje de Arraial*
"O Panorama contemporâneo",
1883-1884, 1 de Julho 1884, Nº11, p.2



Mulher dos arredores de Coimbra - *Traje de Arraial*
"O Panorama contemporâneo",
1883-1884, 1 de Julho 1884, Nº11, p.2

da medicina popular, das condições de trabalho no campo ou do lugar das mulheres na família. Há que manter, contudo, uma certa distância em relação à realidade descrita. Muitas das imagens que nos chegam de cunho etnográfico ou “pitoresco”, como então se dizia - e lembro as conhecidas gravuras de tipos rurais femininos da zona do Baixo Mondego, de Manuel de Macedo - são convencionais, mais artísticas do que documentais, reflectindo uma visão nostálgica de um mundo em extinção, tentando-se preservar no desenho o que estava em vias de desaparecimento ou tinha já mesmo desaparecido. Apenas com base neste tipo de registo iconográfico, é impossível reconstituir, por exemplo, a imagem da camponesa das terras de Montemor.

As mulheres rurais deixaram-nos poucos testemunhos das suas vidas e as informações disponíveis são de um modo geral dispersas, fragmentadas, em segunda mão, recriadas por outros. Um dado se afigura como certo, qualquer que seja o espaço ou o tempo considerado: trabalhavam intensivamente, o que as distinguiu de outros tipos sociais⁷.

A caracterização das mulheres dos campos de Montemor não se afasta do quadro descrito. A exemplo de outras regiões agrícolas do país, as camponesas desta área constituíam um pilar fundamental da vida familiar e da economia doméstica, exercendo numerosas actividades. Pode-se aplicar a esta região, a apreciação feita por Margarida Sobral Neto ao trabalho feminino na agricultura do século XVIII. Diz-nos esta historiadora que “[as mulheres] cultivavam as hortas e ajudavam nos trabalhos agrícolas em períodos de trabalho mais intenso, como as sementeiras e as colheitas; criavam animais domésticos e apascentavam cabras e ovelhas; fiavam lã e linho de produção caseira, mas também o que lhes era trazido por mercadores; vendiam nos mercados rurais e nas praças citadinas produtos hortícolas e pecuários; efectuavam serviços nas casas dos mais abastados; eram amas de filhos bem

7 - Característica que Bonnie S. Anderson e Judith P. Zimser aplicam à grande maioria das camponesas, qualquer que seja o contexto histórico em análise. *Historia de las mujeres: una historia propia*, vol.1, Barcelona, Editorial Critica, 1992, p. 113.

nascidos e de deserdados da fortuna”⁸. Condições de vida e de trabalho que não diferem muito das que foram descritas por Ana de Castro Osório sobre a actividade desempenhada na agricultura pelas mulheres do norte, no início do século XX⁹, ou por Maria Lamas sobre o quotidiano das camponesas da Beira Litoral, por volta de 1940¹⁰.

Na região de Montemor, a estrutura agrária dominante de pequena propriedade, o sistema de produção agrícola baseado na cultura do milho que exigia grande investimento em mão-de-obra, assim como a importância do grupo doméstico como unidade de trabalho condicionavam as modalidades da intervenção feminina na agricultura, que, num contexto de fracos recursos tecnológicos, eram imprescindíveis à manutenção da economia familiar¹¹. Embora a influência feminina se limitasse sobretudo ao espaço privado, tal não implicava, como em determinados estratos sociais urbanos, uma diminuição do seu poder e da sua relevância, uma vez que as principais actividades produtivas se realizavam no contexto do agregado doméstico.

O próprio aumento da emigração a partir da década de setenta do século XIX contribuiu para reforçar o papel da mulher na agricultura, passando esta a assegurar, em muitos casos, a direcção das explorações agrícolas. Sendo a emigração um fenómeno predominantemente masculino e individual, será sobre os elementos femininos do agregado familiar, que permanecem nos locais de residência, que recairá a sua responsabilidade e gestão.

Na verdade, a partir de meados do século XIX, multiplicam-se, em documentos diversos, as alusões à participação feminina no processo produtivo. Com frequência os processos correcionais surpreendem as mulheres no desempenho de actividades agrícolas:

8 - Margarida Sobral Neto, *“O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista: contributo para o seu estudo”*. Diálogos Océânicos, Belo Horizonte, 2001.

9 - Ana de Castro Osório, *A mulher na agricultura, nas indústrias regionaes e na administração municipal*. Tese apresentada ao Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28, 29 e 30 de Outubro de 1915. Lisboa, Casa Editora “Para as crianças”, 1915, pp. 29-33.

10 - Maria Lamas, *As Mulheres do meu país*. Lisboa, Actualis Lda., 1948.

11 - Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, de Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, p. 307.



Lavadeiras

Caixa - Postais Tipos Populares

(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

lavrando a terra com o arado ou conduzindo os trens de lavoura; levando os bois à soga; trabalhando nas sementeiras, nas sachas, nas mondas ou na apanha da azeitona; regando as terras próprias ou as de outrem; dirigindo os carros de bois; guardando o gado; cortando mato ou pasto que empilham e transportam à cabeça; ou tão-só disputando no tribunal direitos de propriedade ou de fruição de serventias.

Já num outro tipo de documento, de carácter fiscal, "*O Registo do Cadastro do campo de Villa Nova de Anços, da Buralba e outros*"¹², de 1850, se identificam algumas mulheres (não muitas) como proprietárias de bens fundiários. Trata-se na sua maioria de viúvas cujo apelido sugere uma ascendência nobre. Em alguns casos, gerem patrimónios imobiliários consideráveis, fragmentados por várias parcelas, em sistema de compropriedade, no fundo, sobrevivências do regime senhorial. A condessa de Anadia ou D. Maria Mesquita Roxanes Manique são dois casos representativos de grande poder fundiário nesta área. Os finais do século XIX dão-nos também exemplos de empresárias agrícolas bastante progressistas. Promovem o desenvolvimento da agricultura; investem nas novas tecnologias agrárias, em particular no domínio da irrigação dos campos; ou integram, como membros de pleno direito, associações de proprietários, como o Sindicato Agrícola de Montemor-o-Velho, criado em 1896¹³, e que tinha como objectivo prioritário a promoção dos interesses comerciais da agricultura local.

No entanto, as fainas agrícolas que darão, às mulheres de Montemor maior visibilidade são a monda e a ceifa do arroz. Cultura antiga, praticada a título marginal em algumas propriedades do Baixo Mondego, a orizicultura começou a

12 - Neste documento, disponível na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho (B.M.M.), estão também incorporados os campos designados por Arrabalde, Fim de Ereira, Monte de Ereira e Verride, pertencentes, em parte, ao concelho de Montemor-o-Velho. Para uma análise mais circunstanciada deste documento, veja-se o meu estudo *Violência, justiça e sociedade rural* [...], *ob. cit.*, pp. 179-194.

13 - Entre os sócios deste Sindicato, contam-se os nomes de D. Maria Eduarda Barjona, de Formozelha; D. Maria da Nazaré de Macedo, da Amieira, e Maria Alves da Graça (sem identificação de residência), Ilene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural* [...], *ob. cit.*, pp. 240-246 e 539-542.

generalizar-se e a expandir-se geograficamente a partir de 1856, progredindo desde então, com avanços e recuos, até se alargar já no século XX. Envolvido desde o primeiro momento numa forte polémica em que se digladiavam interesses económicos e questões de salubridade pública, o cultivo do arroz foi para as terras de Montemor um foco de tensões e de hostilidades.

O recrudescimento do paludismo, nas áreas próximas aos arrozais, designado ao tempo por sezonismo ou febres intermitentes, conduziu a constantes reclamações e protestos por parte das populações que recusavam a “transformação das suas aldeias numa segunda África, onde as febres de origem palustre fizeram o seu quartel general”, como denunciavam os representantes das juntas de paróquias de Vila Nova da Barca, Reveles e Verride, em 1882¹⁴. Embora os efeitos dos arrozais na multiplicação das colónias de mosquitos *anopheles*, principal vector da doença, dependessem de diversas circunstâncias (técnicas de cultivo adoptadas, condições geoclimáticas, etc.), algumas estatísticas disponíveis (caso dos mapas do movimento de doentes tratados no Hospital da Universidade de Coimbra, bem como no Hospital da Misericórdia de Montemor no período de 1870 a 1882) demonstram a forte incidência da enfermidade¹⁵.

Naquela segunda instituição, cerca de metade do movimento hospitalar foi, de 1873 a 1882, ocupado com o tratamento e assistência de doentes palúdicos, atingindo níveis da ordem dos 70% em período de epidemia, como aconteceu em 1877, na sequência de se ter semeado de arroz o extenso campo do Taipal, junto à vila¹⁶. Já bem próximo aos nossos dias, nos anos quarenta do século XX, tornam-se frequentes as alusões na imprensa periódica à “miséria física das povoações marginais ao rio”¹⁷.

O cultivo do arroz esconde ainda outros aspectos lesivos para a saúde pública, em particular toda uma série de doenças causadas

14 - O Conimbricense de 29 de Abril de 1882.

15 - Irene Maria Vaquinhas, ob. cit., pp. 72-81.

16 - Uma outra epidemia de má memória em terras de Montemor foi aquela que ocorreu em 1863, e que atingiu 897 pessoas das 1363 que residiam na vila (65,8%). O Conimbricense de 7 de Dezembro de 1875.



Irene Vaquinhas

Mulher dos Arrabaldes de Coimbra
Caixa - Postais Tipos Populares
(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)



Tricana dos Arrabaldes de Coimbra
Caixa - Postais Tipos Populares
(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

pelo contacto com as raízes e folhas da planta, bem como com a água, e que atingia principalmente o sexo feminino, pois que as mondas e as ceifas eram efectuadas sobretudo por ranchos de mulheres. Metidas na água durante todo o dia ou semi-enterradas no lodo, dificilmente o arroz poderia ser doce... Pelo contrário. O sugestivo título do filme do neo-realismo italiano - *Arroz amargo*¹⁸ - evoca bem a realidade das duras condições de trabalho das mondadeiras do arroz e que, não sendo específicas das planícies aluviais do rio Pó, se aplicam também a esta área, e a todas as terras baixas que os rios empapam de água sem escoante ou que, em nome do progresso e da rentabilidade económica, eram encharcadas para o plantio do arroz...

Cesário Verde evoca, sem contemplações nem rodriguiños, a dureza do trabalho feminino na agricultura. E di-lo, como só um poeta o sabe fazer:

“Enquanto a ovelha arredonda,
Vão tribos de sete filhos,
Por várzeas que fazem onda,
Para as derregas dos milhos
E molhadelas da monda.

De roda pulam borregos;
Enchem então as cardosas
As moças desses labregos,
Com altas botas barrosas
De se atirarem aos regos!

Ei-las que vêem às manadas
Com caras de sofrimento,

17 - “*Campos do Mondego*”, Diário de Coimbra de 10 de Julho de 1943. Sobre a extensão da orizicultura nas terras de Montemor e Coimbra veja-se Irene Maria Vaquinhas, ob. cit., pp. 72-81; 159-177; e Irene Maria Vaquinhas, “*Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88*”, *Análise Social*, nº 112-113, Portugal económico: do vintismo ao século XX, Quarta série, vol. XXVI, 119 - 3º e 4º, pp. 689-703.

18 - Filme realizado, em 1949, por Giuseppe De Santis, tendo como actores principais Silvana Mangano, Vittorio Gassman e Raf Vallone.

Nas grandes marchas forçadas,
Vem ao trabalho, ao sustento,
Com fouces, sachos, enxadas!

Ai o palheiro das servas,
Se o feitor lhe tira as chaves!
Elas chegam às catervas,
Quando acasalam as aves
E se fecundam as ervas!¹⁹

Vêm ao trabalho, ao sustento...

Fonte de descontentamento e de agitação popular, o cultivo do arroz esteve ainda na origem de alguns tumultos ocorridos, entre 1850 e 1890, no Baixo Mondego, e que, de um modo geral, se materializavam na destruição de sementeiras ou no corte das águas para irrigação, o que demonstra de uma forma inequívoca a “exasperação popular face aos perniciosos efeitos locais da orizicultura”²⁰. A participação feminina está bem documentada nestas acções de grupo, assim como na maior parte das desordens que visavam a defesa dos interesses das comunidades rurais e, em particular, as que envolviam directamente questões da subsistência quotidiana²¹. É bem conhecida a intervenção das mulheres nos chamados “motins da fome”, causados pela subida do preço do pão, bem como nos movimentos de contestação anti-senhorial que nos finais do século XVIII agitaram a região centro²². Em 1778, as mulheres da Gândara (tanto de Montemor-o-Velho como da Figueira da Foz, de Cantanhede e de Mira) destacaram-se pela sua rebeldia,

19 - Cit. in Ana de Castro Osório, ob. cit., p. 31.

20 - Para uma análise mais detalhada destes motins veja-se João Lourenço Roque, “*Subsídios para o estudo da “revolta” em Portugal no século XIX. Alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)*”, Revista de História das Ideias, nº 7, Revoltas e Revoluções, Universidade de Coimbra, 1985, pp. 270-273.

21 - Para um confronto com outros casos de participação feminina em movimentos de protesto rural, veja-se, entre outros estudos, Sacuntala de Miranda, Quando os sinos tocavam a rebate. Notícia dos alevantes de 1869 na ilha de S. Miguel, Lisboa, Edições Salamandra, pp. 10-11; 53-54.

22 - Maria Margarida Sobral da Silva Neto, “*Motins populares na Gândara em 1778*”, História de congem feita com o coração, Actas do Congresso Maria da Fonte - 150 anos 1846-1996, Póvoa do Lanhoso, 1996, pp. 185-193.

opondo-se aos novos métodos de cobrança das rendas pelo Mosteiro de Santa Cruz, entidade senhorial que detinha o domínio directo em grande parte desta área geográfica.

Atitudes contestatárias que rompiam com a normalidade do quotidiano. O próprio protagonismo das mulheres não se adequava aos modelos de comportamento ou aos papéis que a sociedade lhes impunha e que lhes ditavam a submissão e o recato. As gandraesas tinham tradição de autonomia que lhes advinha do facto de governarem sozinhas a sua casa em períodos de ausência temporária dos maridos na faina da pesca ou em trabalhos sazonais noutras regiões.

Mas os exemplos de resistência feminina não se ficam por aqui... O estudo de alguns processos da Inquisição permitiu dar a conhecer o envolvimento, no início do século XVII, de cerca de meia centena de freiras professoras, cristãs-novas, dos conventos de Nossa Senhora de Campos e Semide, de Montemor-o-Velho, na prática de ritos judaizantes²³. Pertencendo, na sua maioria, a uma elite cristã-nova, com destaque para a própria abadessa do convento de Nossa Senhora de Campos, D. Branca Pais ou de S. José, foram acusadas (e penitenciadas) de devotarem um culto especial a Adonai e de “terem debaixo de um altar consagrado a Nossa Senhora um outro dedicado à rainha Hester”. Como afirma Elvira Azevedo Mea, “foram mulheres irreverentes, afoitas e subtis para conseguirem cumprir a sua lei, em pleno mosteiro e no meio de cristãs-velhas”²⁴. Enfim, uma fé ambígua e inquietante que a apertada vigilância católica se apressou a encobrir mas não conseguiu extinguir...

De igual forma, algumas mulheres estiveram na base de alguns “alvorços” e mobilizações espontâneos, geograficamente circunscritos e provocados por sentimentos de indignação e

23 - Elvira Azevedo Mea, “1621-1634. Coimbra. O sagrado e o profano em choque”, Revista de História das Ideias. O sagrado e o profano, 2º vol., Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1987, pp. 229-250.

24 - Elvira Azevedo Mea, “As mulheres no Santo Ofício: perfis e estratégias”, Estudos sobre as mulheres, Centro de Estudos das Migrações e da Relações Interculturais, org. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Universidade Aberta, 1998, p. 93.

revolta em situações consideradas injustas ou provocatórias. Assim, em 1893, uma mulher da Abrunheira, de seu nome Maria Ribeiro, teve pelo seu lado grande número de populares da aldeia, num conflito que a opôs ao Visconde de Ponte da Barca, a propósito da ocupação de uma casa²⁵. Mais próximo dos nossos dias, em 1928, a autuação de uma taberneira de Ereira, conhecida pela “Gracinha”, por uma patrulha da G.N.R., esteve na origem de um grave motim popular de que resultou um morto e vários feridos. E a exemplo de tantos outros casos em que um silêncio cúmplice encobre os acontecimentos, também aqui, no apuramento das responsabilidades, a resposta foi unânime: “foi a Ereira toda”²⁶.

Com excepção destes casos pontuais que demonstram a mobilização feminina em situações-limite, às mulheres competia ser a garantia de uma certa ordem moral nas aldeias. Apenas uma pequena franja da população feminina infringia as normas e entrava no campo da ilegalidade e das práticas delituosas.

A análise do livro de termos de entrada e saída dos presos na cadeia da Câmara de Montemor-o-Velho²⁷, de 1881 a 1918, permitiu verificar que foram em fraco número as mulheres que aqui cumpriram pena correcional. Dos 1028 detidos, apenas 212 (21%) pertenciam ao sexo feminino (Quadro I). Uma situação que não sendo específica desta cadeia é comum à maior parte das prisões europeias do século XIX, reflectindo uma menor criminalidade feminina, que raramente excedia os 30%²⁸.

Os registos poucas informações prestam sobre as causas da detenção ou sobre o perfil das detidas, embora aqui e além, algumas observações fortuitas e esporádicas - a indicação de uma profissão ou da indumentária - deixam subentender a sua

25 - A.B.M.M., *Livro de Registo da Correspondência dirigida desta administração ao Governo Civil de Coimbra*. Montemor-o-Velho, Expediente, caixa nº 13, 7 de Novembro de 1893, fl. 54v-55.
26 - *Correio de Coimbra*, 21 de Julho de 1928; *Gazeta de Coimbra*, 14, 17 e 21 de Julho de 1928; *O Figueirense*, 15 de Julho de 1928.

27 - A.B.M.M., *Livro de termos d'entrada e saída dos presos nas cadeias desta camara*, Caixa Segurança Pública, nº 2.

28 - Este valor (21%) aproxima-se daquele que detectei para a criminalidade feminina da comarca de Montemor-o-Velho, entre 1858 e 1918: 18,9%. Cfr. Irene Maria Vaquinhas, *ob. cit.*, pp. 303-308.



Gandareza

Caixa - Postais Costumes de Portugal.

(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Quadro I

Evolução anual dos presos da Cadeia de Montemor-o-Velho.

ANO	Homens	%	Mulheres	%	TOTAL
1881	11	73,3	4	27	15
1882	9	90	1	10	10
1883	14	60,9	9	39	23
1884	20	83,3	4	17	24
1885	50	87,7	7	12	57
1886	30	69,8	13	30	43
1887	25	61	16	39	41
1888	52	82,5	11	17	63
1889	26	78,8	7	21	33
1890	9	64,3	5	36	14
1891	35	71,4	14	29	49
1892	15	93,8	1	6,3	16
1893	14	50	14	50	28
1894	15	83,3	3	17	18
1895	9	81,8	2	18	11
1896	23	74,2	8	26	31
1897	21	72,4	8	28	29
1898	23	74,2	8	26	31
1899	23	79,3	6	21	29
1900	10	43,5	13	57	23
1901	9	75	3	25	12
1902	18	85,7	3	14	21
1903	44	88	6	12	50
1904	34	89,5	4	11	38
1905	29	80,6	7	19	36
1906	25	80,6	6	19	31
1907	19	82,6	4	17	23
1908	36	90	4	10	40
1909	58	82,9	12	17	70
1910	32	80	8	20	40
1911	34	100	-	-	34
1912	20	80	5	20	25
1913	17	89,5	2	11	19
1914	-	-	-	-	-
1915	-	-	-	-	-
1916	-	-	-	-	-
1917	-	-	-	-	-
1918	1	100	-	-	1
TOTAL	810	78,8	218	21	1028

Fonte: B.M.M., Livro de termos d'entrada e saída dos presos nas cadeias desta comarca, Caixa Segurança Pública, nº 2.

condição humilde, de grande precaridade económica²⁹. É o caso, entre outros que se poderiam citar, de uma certa Maria Azenha, do lugar dos Pedros (Quiaios) que, à data da sua entrada na cadeia, em 25 de Setembro de 1881, envergava “uma saia de estamemha, manteleta do mesmo, lenço preto e chapéu preto”³⁰; ou de uma tal Maria José, da vila de Montemor, que trazia vestido, quando ingressou na cadeia, em 4 de Outubro de 1881, “uma saia de baeta azul, um chambre de chita e uma capucha de pano”³¹. Pouco rico em termos qualitativos, este *Livro de termos* permite tão-só acompanhar a distribuição anual do ingresso na cadeia e conhecer com precisão a naturalidade das detidas³².

Sendo provenientes, na sua maioria, do concelho (84,4%), o que está de acordo com a lei que estipulava o cumprimento da sentença na comarca ou julgado da residência, eram, no entanto, mulheres naturais da freguesia da Carapinheira as principais clientes da prisão camarária (31,5%), seguidas à distância por naturais das freguesias da vila (20,1%), de Arazede (13,6%) e Meãs (9,24%). (Quadros II e III).

Quanto, às restantes freguesias do concelho não têm significado estatístico relevante. Registe-se como dado curioso, o facto de se tratar de uma delinquência de base familiar, associando grupos de irmãs, de mães e filhas ou de, um modo geral, parentes muito chegadas.

É difícil, senão mesmo impossível sem um estudo sistemático e aprofundado da criminalidade do concelho, explicar esta incidência geográfica ou as suas raízes históricas. No entanto, não podemos deixar de associar a este fenómeno o aumento das dificuldades económicas e sociais no último quartel do século XIX, período que concentra a maior parte das detenções, consequência sobretudo das crises agrícolas, da desvalorização do preço da terra e do aumento do

29 - Apenas 12 detidas (5,5%) indicam a profissão, as quais se distribuem do seguinte modo: costureira (2); criada de servir (2); jornaleira (4); paliteira (1); peixoteira (1); trabalhadora (1); vivendo do negócio da venda (1). A “peixoteira” referenciada era de flhavo. De um modo geral, a venda de pescado era efectuada em Montemor, por mulheres daquele concelho.

30 - B.M.M., *Livro de termos d'entrada e saída dos presos nas cadeias desta camara*, Caixa Segurança Pública, nº 2, fl. 2v.

31 - B.M.M., *Livro de termos d'entrada e saída dos presos nas cadeias desta camara*, Caixa Segurança Pública, nº 2, fl. 2v.

32 - O mesmo é válido para os homens que ingressaram na cadeia.



Irene Vaquinhas

Mulher da Carapineira
Colecção particular do Museu do Campo, Carapineira.

Quadro II

Naturalidade das detidas na prisão de Montemor (por concelhos)

Concelhos	Nº	%
Águeda	1	0,46
Cantanhede	3	1,38
Coimbra	2	0,92
Figueira da Foz	5	2,29
Fundão	1	0,46
Ílhavo	2	0,92
Lousã	2	0,92
Mangualde	1	0,46
Marco de Canaveses	1	0,46
Montemor-o-Velho	184	84,4
Porto	1	0,46
Semide	1	0,46
Soure	8	3,67
Viseu	1	0,46
Sem identificação	5	2,29
TOTAL	218	100

Quadro III

Freguesias de nascimento das detidas do concelho de Montemor.

Freguesias	Nº	%
Arazede	25	13,6
Carapínheira	58	31,5
Gatões	3	1,63
Liceia	1	0,54
Meãs	7	9,24
Montemor	37	20,1
Pereira	6	3,26
Reveles	11	5,98
Santo Varão	6	3,26
Seixo	5	2,72
Tentúgal	5	2,72
Vila Nova da Barca	3	1,63
Verride	7	3,8
TOTAL	184	100

Fonte: B.M.M., *Livro de termos d'entrada e saída dos presos nas cadeias desta comarca*, Caixa Segurança Pública, nº 2.

endividamento agrário, bastante gravosos nesta área³³. A própria estrutura fundiária se altera, reforçando-se a média ou a grande propriedade a expensas da pequena, aumentando as áreas consagradas ao arroz ou à pecuária, o que se reflectiu no acentuar das divagens sociais. É neste contexto de desigualdade e de exclusão, de oposição entre dois mundos, que a criminalidade aumenta, com predomínio para os atentados a bens, a fazer fé na imprensa periódica³⁴. Por volta de 1890 ficou célebre uma quadrilha de “audaciosas ladras” da Carapinheira, especializadas em furtos nas feiras³⁵. Uma singularidade pouco comum no universo da criminalidade feminina oitocentista a merecer um estudo mais cuidado.

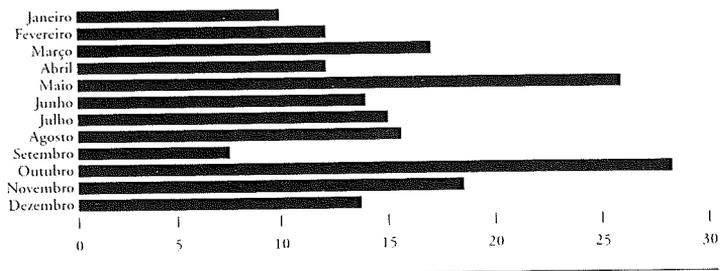
Seja como for, a evolução mensal do registo de entrada das detidas na cadeia evidencia uma estreita relação com o ritmo da vida agrícola, avolumando-se no período das principais fainas - sementeiras, colheitas e vindimas - ou seja, de Maio a Outubro, bem como com os preços dos cereais, sobretudo o do pão, aumentando quando este encarece (Gráfico I).

Correlações que indiciam uma delinquência desencadeada pela falta de recursos económicos, sob o influxo de dificuldades materiais em períodos de crise ou de escassez de géneros.

Mas há outros aspectos que importa também focar, uma vez que

Gráfico I

Distribuição mensal das detenções do sexo feminino (1881-1913)



33 - Sobre este assunto, veja-se Irene Maria Vaquinhas, ob. cit., p. 237.

34 - O Conimbricense de 24 de Janeiro de 1893.

35 - O Conimbricense de 30 de Abril de 1892. A notícia neste jornal terminava com a seguinte advertência: “Cautela com as ladras da Carapinheira”.



Ílhavas - Vendedoras de sardinha
Colecção Joubert
(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)



Irene Vaquinhas

Ílhavos

Colecção Joubert

(Sala Ferreira Lima, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

as rupturas com as normas sociais têm ainda neste concelho outros rostos, outros contornos, outras cartografias... No domínio específico da transgressão à moral oficial que impunha o cumprimento de determinados padrões de comportamento, a perspectiva obtida é diferente. Se tomarmos como modelo de análise o estudo da ilegitimidade feito a partir do *Livro de matrícula das mulheres solteiras que aparecendo gravidas foram intimadas pela Câmara Municipal de Montemor para a criação dos seus filhos*, referente ao período de 1870 a 1891³⁶, a imagem obtida é difusa, com fronteiras geográficas esbatidas, ainda que se destaquem ligeiramente, como freguesias de naturalidade das mulheres arroladas, Verride (18,5%), Montemor (16,7%) e Arazede (11,8%) (Quadro IV).

Embora seja difícil, no estado actual dos conhecimentos, explicar esta incidência geográfica, ou estabelecer-se uma correlação directa com a escassez de meios económicos, refira-se que a freguesia de Arazede, uma das zonas mais desfavorecidas do concelho, tinha tradição na criação de crianças expostas. Era daqui a maior parte das amas criadeiras que, nos anos quarenta do século XIX, a troco de um salário, se ocupavam desses deserdados da sorte, tentando assim equilibrar frágeis orçamentos familiares³⁷.

É evidente que o século XIX não inventou o abandono de crianças, seja este fruto da ilegitimidade ou da pobreza³⁸... Porém, por volta de 1870 o seu estatuto muda, de certa forma, acompanhando uma nova preocupação pela criança e pelos jovens, bem como a valorização de um discurso ideológico que exalta a maternidade e a mãe de família. Não só os nascimentos

36 - Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho (B.M.M.), *Livro para a matrícula das mulheres solteiras que aparecendo gravidas são intimadas para a apresentação e criação de seus filhos*, Montemor-o-Velho, 1 de Setembro de 1870.

37 - Só recentemente se reconheceu o trabalho das *amas de leite* como uma actividade fundamental das economias camponesas e urbanas da Europa dos séculos XVIII e XIX. Carmen Sarasua, *Criados, nodrizas y amos. El servicio doméstico en la formación del mercado de trabajo madrileño, 1758-1868*, Madrid, Siglo Veintiuno editores, 1994, pp. 141-144.

38 - Para uma análise histórica do abandono de crianças veja-se, entre outros estudos, Isabel dos Guimarães Sá, "Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico", *Exclusão na história, Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, org. de Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro, Oeiras, Celta Editores, 2000, pp. 41-51; Caroline B. Brettell; Rui Feijó, "Foundlings in nineteenth-century northwestern Portugal: public welfare and family strategies", *Enfance abandonnée et société en Europe XIV^e-XX^e siècle, Actes du Colloque International (Rome, 30 et 31 Janvier 1987)*, École Française de Rome, Palais Farnèse, 1991, pp. 273-300.

Quadro IV

Freguesias de naturalidade das mães solteiras subsidiadas (1870-1891)

Concelhos	Nº	%
Arazede	44	11,80
Carapinheira	36	9,68
Gatões	13	3,49
Liceia	7	1,88
Meãs	11	2,96
Montemor	62	16,70
Mortágua	1	0,27
Pereira	26	6,99
Revels	18	4,84
Santo Varão	18	4,84
Seixo	20	5,38
Soure	2	0,54
Tentúgal	25	6,72
Verride	69	18,50
Vila Nova da Barca	18	4,84
Sem identificação	2	0,54
TOTAL	372	100

Fonte: B.M.M. Livro de matrícula das mulheres solteiras que aparecendo gravidas foram intimadas pela Câmara Municipal de Montemor para a criação dos seus filhos (1870-1891)

ilegítimos aumentam em termos numéricos (em 1888-1890, a proporção de filhos naturais no conjunto das crianças nascidas em Portugal oscilava entre 12,1‰ e 12,3‰, valores considerados elevados³⁹) dando-se visibilidade ao que antes era anónimo mas, sobretudo, acentua-se a responsabilidade dos poderes públicos na assistência infantil, procurando o Estado criar estruturas de acolhimento para as crianças abandonadas, substituindo-se às obrigações parentais, quando omissas.

39 - Rui Casção, "Demografia e sociedade". História de Portugal, vol. V - O Liberalismo, direcção de José Mattoso, coord. de Luís dos Reis Torgal e João Roque, Lisboa, Editorial Estampa, p. 368.)

A extinção da roda dos expostos por legislação de Novembro de 1867⁴⁰ é acompanhada por todo um conjunto de medidas dissuasoras do abandono das crianças e de dispositivos jurídicos preventivos quanto aos crimes de infanticídio e de aborto⁴¹, entre as quais se conta a concessão de subsídios temporários, de lactação, às mães indigentes⁴². Procurava-se com este expediente que as crianças fossem criadas no seio da sua família biológica. Por mais modesto que fosse, esse apoio material melhorava a situação económica da mãe solteira, como então se dizia, a ponto de as raparigas nessa situação voluntariamente denunciarem o seu estado às autoridades. Raras foram aquelas que, perante a intimação judicial, negavam a gravidez.

Trata-se, na sua maioria, de jovens pertencentes aos estratos inferiores da sociedade rural, destituídas de vínculos à terra - jornaleiras, trabalhadoras rurais, eventualmente criadas de servir - obrigadas a vender a sua força de trabalho para se manterem, e para quem as expectativas de casamento tendem a diminuir à medida que se restringe o mercado matrimonial por efeito da emigração masculina. De um modo geral, são protagonistas de histórias de vida tecidas pela dor, por amores não correspondidos, ou marcados por desníveis de condição social e de fortuna... Destinos que prolongam outros destinos, em tudo ou nada semelhantes, sendo frequentes os casos de raparigas cujas mães também já tinham sido mães solteiras...

Foi, porém, em grande parte, no trabalho das mulheres sós

40 - A roda dos expostos de Montemor foi extinta em 1844, no quadro de um projecto de remodelação da estrutura e administração das rodas, transferindo-se para Coimbra, a sede central, e passando a subsistir na vila de Montemor apenas um depósito para recepção dos expostos remetidos pelas rodas de transição, antes de serem entregues às amas. Alexandra Isabel Mendes Pereira, *Os filhos da miséria e do pecado. Trabalho efectuado no âmbito do seminário do ramo científico orientado por Irene Vaquinhas no ano lectivo de 1994-1995*; João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, vol. I, tomo II, Universidade de Coimbra, 1982, pp. 709-724.

41 - Sobre este assunto veja-se, entre outros estudos, Didier Riet, "*Les déclarations de grossesse dans la région de Dinan à la fin de l'Ancien Régime*", *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest* (Anjou, Maine, Touraine), tome 88, année 1981, numéro 2, pp. 181-187.

42 - Maria Antónia Lopes, "*Os pobres e a assistência pública*", *História de Portugal*, vol. V - O Liberalismo, direcção de José Mattoso, coord. de Luís dos Reis Torgal e João Roque, Lisboa, Editorial Estampa, p. 431; Levi Manuel P. P. Coelho, "*Administração dos expostos em Portugal. A atitude do Estado face aos meninos expostos ou enjeitados*", Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda, ano I, nº3, 1ª série, Maio/98, pp. 95-104.

- solteiras com ou sem filhos, viúvas, casadas com o marido ausente no Brasil - que a economia agrícola da região se apoiou, desempenhando numerosas tarefas agrícolas, muitas delas consideradas “mais pesadas” ou “próprias dos homens”.

E, embora a direcção das explorações coubesse às mulheres, eram os homens que, em termos formais, figuravam como chefes das empresas agrícolas familiares.

A participação das mulheres na agricultura da região de Coimbra aumentou significativamente já no decurso do século XX, em particular a partir dos anos sessenta, como o demonstrou Maria de Lurdes Roxo Mateus⁴³, uma vez que o êxodo agrícola masculino, por efeito da emigração e da guerra colonial, fomentou o recrutamento da mão-de-obra feminina. Neste concelho de Montemor, a taxa de mulheres activas na lavoura era, em 1981, elevada, da ordem dos 60,9%.

43 - Maria de Lurdes Roxo Mateus, *A mulher na agricultura da região de Coimbra: análise da participação feminina na actividade agrícola*. Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. 1.º vol., Coimbra, I.H.E.S., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 335-349.

Conclusão

Que concluir? Como alinhar em palavras as emoções, os sentimentos, as ideias?

Em jeito de remate, poderei apenas dizer que a economia agrícola das terras de Montemor não se pode compreender sem ter em conta o trabalho feminino. Sozinhas ou inseridas no agregado familiar, as mulheres desempenharam numerosas tarefas que associavam à responsabilidade e gestão dos seus afazeres domésticos.

As imagens que os documentos delas nos legaram dificilmente as identificam como símbolos de fragilidade ou de eternas Penélopes, “paradas no tempo a perpetuar o mito dos dias repetitivos, a fazer e a desfazer”, nas belas palavras de Isabel Allegro de Magalhães⁴⁴. Pelo contrário. Activas, desembaraçadas nos modos e nas atitudes de vida, preferem a conjugação dos verbos ser, estar, ficar, não precisando de partir para atravessar universos ou dominarem o curso do tempo. Quando os homens se ausentavam - como emigrantes, embarcações ou para os trabalhos sazonais - eram as mulheres que ficavam nas aldeias, guardiãs da terra que exploravam e de velhas crenças e costumes que não entravam em conflito com o consolo que proporcionava uma religião mais formalista. Virá o tempo de também elas serem emigrantes de longo curso...

Situar as mulheres nos campos de Montemor é evocar também a sua presença nas revoltas, nos “alvorços”, nas “assuadas” e em tantas outras acções de grupo, que, desde finais do século XVIII, agitaram esta área. Não era só a sua casa, os seus bens, os direitos consuetudinários que elas procuravam preservar. Era também a integridade da vida da aldeia, de recusa aos rompimento de equilíbrios económicos, sociais e ecológicos que o progresso

44 - Cit. in Isabel Figueira, *“Painel de mulheres em Peregrinação: imagens de um encontro”*, O rosto feminino da expansão portuguesa. Congresso Internacional, 21-25 de Novembro 1994, Actas, vol. 1º. CIDM, p. 754.

tendia a condenar. As revoltas, tal como muitas vezes a violência, têm um sentido conservador, de manutenção do *statu quo*. Seja, porém, na linha da frente, seja na retaguarda, as mulheres estavam ao lado dos homens. Na guerra e na paz, nos momentos graves e no dia-a-dia.

Não encontramos aqui a situação de domínio a que estão sujeitas, na prática e no direito, as mulheres da burguesia urbana. Talvez esteja nesta capacidade de iniciativa, de relativa independência, de partilha no trabalho e nas responsabilidades, a matriz de uma “consciência de si” e de uma autonomia de espírito que parece singularizar as mulheres das terras de Montemor...

Entre a passividade e a resistência... Enfim, mulheres que poderiam fazer suas as palavras de Madame Rolland: “Não me importo para onde me leva o vento. Trago comigo o princípio da minha felicidade...”.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo da Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho (A.B.M.M.)

Livro de Registo da Correspondência dirigida desta administração ao Governo Civil de Coimbra, Montemor-o-Velho, Expediente, caixa nº 13.

Livro de termos d'entrada e saída dos preços nas cadeias desta camara, Caixa Segurança Pública, nº 2.

Livro para a matricula das mulheres solteiras que apparecendo gravidas são intrinadas para a apresentação e criação de seus filhos, Montemor-o-Velho, 1 de Setembro de 1870.

O Registo do Cadastro do campo de Villa Nova de Azois, da Buralha e outros, de 1850.

Bibliografia

ALMEIDA, Alexandre M. do Couto e - "*Monographia da freguesia rural de Verride*", Boletim da Direcção Geral da Agricultura, undecimo anno, nº 7.

ANDERSON, Bonnie S. e ZINSSER, Judith P. - *Historia de las mujeres: una historia propia*, vol. I, Barcelona, Editorial Crítica, 1992.

BRETTELL, Caroline B., FEIJÓ, Rui - "*Foundlings in nineteenth-century northwestern Portugal: public welfare and family strategies*", *Enfance abandonnée et société en Europe XIV^e-XX^e siècle, Actes du Colloque International* (Rome, 30 et 31 Janvier 1987), Ecole Française de Rome, Palais Farnèse, 1991.

CASCÃO, Rui - "*Demografia e sociedade*", *História de Portugal*, vol. V - O Liberalismo, direcção de José Mattoso, coord. de Luís dos Reis Torgal e João Roque, Lisboa, Editorial Estampa.

COELHO, Levi Manuel P. P. - "*Administração dos expostos em Portugal. A attitude do Estado face aos meninos expostos ou enjeitados*", Praça Velha. *Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, ano I, nº3, 1^a série, Maio/98.

FIGUEIRA, Isabel - "*Painel de mulheres em Peregrinação: imagens de um encontro*", *O rosto feminino da expansão portuguesa. Congresso Internacional*, 21-25 de Novembro 1994, Actas, vol. 1^o, CIDM.

LAMAS, Maria - *As Mulheres do meu país*, Lisboa, Actualis Lda., 1948.

LOPES, Maria Antónia - "*Os pobres e a assistência pública*", *História de Portugal*, vol. V - O Liberalismo, direcção de José Mattoso, coord. de Luís dos Reis Torgal e João Roque, Lisboa, Editorial Estampa.

MARTINS, Conceição Andrade - "*Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)*", *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3^o).

Bibliografia

MATEUS, Maria de Lurdes Roxo - "A mulher na agricultura da região de Coimbra: análise da participação feminina na actividade agrícola", Actas do Colóquio. A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais, 1º vol., Coimbra, I.H.E.S., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MEA, Elvira Azevedo - "As mulheres no Santo Ofício: perfis e estratégias". Estudos sobre as mulheres. Centro de Estudos das Migrações e da Relações Interculturais, org. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Universidade Aberta, 1998.

MEA, Elvira Azevedo - "1621-1634. Coimbra. O sagrado e o profano em choque". Revista de História das Ideias. O sagrado e o profano, 2º vol., Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1987.

MIRANDA, Sacuntala de - Quando os sinos tocavam a rebate. Notícia dos alevantes de 1869 na ilha de S. Miguel, Lisboa, Edições Salamandra.

NETO, Maria Margarida Sobral da Silva - "Motins populares na Gândara em 1778". História de coragem feita com o coração, Actas do Congresso Maria da Fonte - 150 anos 1846-1996, Póvoa do Lanhoso, 1996.

NETO, Maria Margarida Sobral da Silva - "O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista: contributo para o seu estudo", Diálogos Oceânicos, Belo Horizonte, 2001.

OSORIO, Ana de Castro - A mulher na agricultura, nas indústrias regionaes e na administração municipal, Tese apresentada ao Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28, 29 e 30 de Outubro de 1915, Lisboa, Casa Editora "Para as crianças", 1915.

PEREIRA, Alexandra Isabel Mendes - Os filhos da miséria e do pecado. Trabalho efectuado no âmbito do seminário do ramo científico orientado por Irene Vaquinhas no ano lectivo de 1994-1995.

PERROT, Michelle - Les femmes ou les silences de l'histoire, Paris, Flammarion, 1998.

RIET, Didier - "Les déclarations de grossesse dans la région de Dinan à la fin de l'Ancien Régime", Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest (Anjou, Maine, Touraine), tome 88, année 1981, numéro 2.

ROQUE, João Lourenço - Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo, vol. I, tomo II, Universidade de Coimbra, 1982.

ROQUE, João Lourenço - "Subsídios para o estudo da "revolta" em Portugal no século XIX. Alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)", Revista de História das Ideias, nº 7, Revoltas e Revoluções, Universidade de Coimbra, 1985.

SÁ, Isabel dos Guimarães - "Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico", Exclusão na história, Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social, org. de Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro, Oeiras, Celta Editores, 2000.

SARASÚA, Carmen - Criados, nodrizas y amos. El servicio doméstico en la formación del mercado de trabajo madrileño, 1758-1868, Madrid, Siglo Veintiuno editores, 1994.

Bibliografia

SCOTT, Joan W. - "*A mulher trabalhadora*", *História das mulheres*, vol. IV - O século XIX, coord. por Georges Duby e Michelle Perrot, revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota, Porto, Ed. Afrontamento, 1995.

SOHN, Anne-Marie - "Chrysalides", "Femmes dans la vie privée (XIX^e-XX^e siècles)", Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, vol. I.

TAVARES, Paulino Mota - *Visibilidade histórica da mulher em terras de Montemor-o-Velho*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2000.

VAQUINHAS, Irene Maria - "*Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88*". *Análise Social*, nº 112-113. *Portugal económico: do vintismo ao século XX*, Quarta série, vol. XXVI, 119 - 3^o e 4^o.

VAQUINHAS, Irene - "Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

VAQUINHAS, Irene Maria - *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, de Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Edições Afrontamento, 1995.

FICHA TÉCNICA

Mulheres de Montemor-o-Velho
Entre a passividade e a resistência
Breve relance histórico

Autora: Irene Vaquinhas

Edição: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Depósito Legal: 169463/01

Tiragem: 1000 exemplares

Composição e Impressão: Gutenberg – Artes Gráficas, Lda.

Setembro 2001